

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 00610079.000324/2026-11

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação objetiva a **contratação de fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, com fornecimento de materiais, insumos e mão de obra nas Unidades da SESAP**, a ser realizada por meio da modalidade licitação para registro de preços, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observadas as condições, especificações técnicas e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. Os itens de seus quantitativos encontram-se na Tabela abaixo:

LOTE I - LOTE ÚNICO								
QUANTITATIVOS PARA A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE SISTEMA DE GERAÇÃO SOLAR FOTOVOLTÁICA NAS UNIDADES DA SESAP								
Projeto, fornecimento, instalação, comissionamento, homologação e treinamento da equipe de operação e manutenção de kit gerador fotovoltaico de no mínimo 5 kWp, composto de módulos de silício monocristalino, sem bordas, com registro vigente, com garantia mínima de 10 anos contra defeitos de fabricação, e garantia de desempenho mínima de 25 anos, com decaimento de potência linear máxima de 0,8% anual. Inversor de alta eficiência (maior que 97%), com múltiplos MPPTs, oversizing até 20%, proteção contra surto CC/CA e chave seccionadora CC incorporados, inclusive módulo de comunicação Ethernet ou wi-fi para monitoramento do gerador à distância, com garantia mínima de 5 anos contra defeitos de fabricação. Deverá ser realizada a instalação e fixação, seja sobre cobertura de estacionamento, solo ou telhados, diante da necessidade in loco.								
UNIDADE	REGIÃO	C. CONTRATO	MAI/25	JUN/25	JUL/25	MÉDIA DE CONSUMO (R\$)	KWH/Mês	KWP
HOSPITAL DR. JOSÉ PEDRO BEZERRA (SANTA CATARINA)	NATAL	432016	R\$ 155.102,97	R\$ 143.479,66	R\$ 144.303,51	R\$ 147.628,71	148.311,08	1.123,57
ALMOXARIFADO CENTRAL	NATAL	168684010	R\$ 1.647,31	R\$ 1.687,15	R\$ 1.680,76	R\$ 1.671,74	1.679,47	12,72
BANCO DE LEITE DE MOSSORÓ	MOSSORÓ	536714014	R\$ 5.712,93	R\$ 3.164,25	R\$ 2.805,20	R\$ 3.894,13	3.912,13	29,64
ESCOLA TÉCNICA DE SAÚDE PÚBLICA (ESPRN)	NATAL	1684019	R\$ 5.702,75	R\$ 5.510,70	R\$ 5.236,91	R\$ 5.483,45	5.508,80	41,73
III URSAP	JOÃO CÂMARA	378119014	R\$ 4.587,18	R\$ 4.203,98	R\$ 3.727,26	R\$ 4.172,81	4.192,09	31,76
CENTRO ESTADUAL DE REABILITAÇÃO E ATENÇÃO	NATAL	348015	R\$ 21.928,77	R\$ 22.795,23	R\$ 20.049,39	R\$ 21.591,13	21.690,93	164,33
CRIE - CENTRO DE REFERENCIA IMUNOBIOLOGICA	NATAL	853952966	R\$ 108,63	R\$ 110,73	R\$ 116,06	R\$ 111,81	112,32	0,85
GARAGEM DOS CARROS FUMACÊ	NATAL	851958975	R\$ 747,26	R\$ 790,96	R\$ 762,61	R\$ 766,94	770,49	5,84
HEMOCENTRO	PAU DOS FERROS	852276690	R\$ 10.664,20	R\$ 10.358,31	R\$ 9.680,15	R\$ 10.234,22	10.281,52	77,89
HEMOCENTRO	CURRAIS NOVOS	851008608	R\$ 6.476,45	R\$ 5.705,60	R\$ 5.375,28	R\$ 5.852,44	5.879,49	44,54

CENTRO REGIONAL INTEGRADO DE SAÚDE	CAICÓ	853655643	R\$ 6.081,55	R\$ 6.109,31	R\$ 6.029,26	R\$ 6.073,37	6.101,45	46,22
HEMOCENTRO	CAICÓ	460528011	R\$ 8.210,57	R\$ 8.387,26	R\$ 7.727,38	R\$ 8.108,40	8.145,88	61,71
HEMOCENTRO	MOSSORÓ	850924481	R\$ 18.721,82	R\$ 19.910,91	R\$ 5.375,28	R\$ 14.669,34	14.737,14	111,65
HEMONORTE - NATAL - AV. AL. A. DE ALENCAR	NATAL	347019	R\$ 85.580,36	R\$ 38.020,40	R\$ 75.543,12	R\$ 66.381,29	66.688,12	505,21
HOSPITAL REGIONAL DEOCLÉCIO MARQUES DE LUCENA -	PARNAMIRIM	852500980	R\$ 95.299,21	R\$ 91.943,49	R\$ 88.839,35	R\$ 92.027,35	92.452,72	700,40
HOSPITAL MONSENHOR ANTÔNIO DE BARROS	SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ	1417010	R\$ 52.809,90	R\$ 48.892,73	R\$ 48.177,67	R\$ 49.960,10	50.191,02	380,24
HOSPITAL REGIONAL DR. CLEODON CARLOS DE ANDRADE -	PAU DOS FERROS	916013	R\$ 90.472,80	R\$ 49.142,42	R\$ 112.880,78	R\$ 84.165,33	84.554,36	640,56
HOSPITAL COLONIA DR. JOAO MACHADO	NATAL	1346016	R\$ 95.596,25	R\$ 43.777,08	R\$ 73.489,98	R\$ 70.954,44	71.282,40	540,02
HOSPITAL GISELDA TRIGUEIRO	NATAL	407011	R\$ 121.854,98	R\$ 98.401,05	R\$ 112.330,70	R\$ 110.862,24	111.374,67	843,75
HOSPITAL HÉLIO MORAIS MARINHO	APODI	1409018	R\$ 33.557,34	R\$ 35.854,71	R\$ 48.177,67	R\$ 39.196,57	39.377,75	298,32
HOSPITAL LINDOLFO GOMES VITAL - SANTO ANTÔNIO	SANTO ANTÔNIO	1438018	R\$ 38.091,95	R\$ 35.874,72	R\$ 35.893,86	R\$ 36.620,18	36.789,44	278,71
HOSPITAL PEDIÁTRICO MARIA ALICE FERNANDES	NATAL	2078015	R\$ 95.919,66	R\$ 95.161,35	R\$ 89.549,95	R\$ 93.543,65	93.976,03	711,94
HOSPITAL MONSENHOR WALFREDO GURGEL	NATAL	392014	R\$ 121.854,98	R\$ 111.874,21	R\$ 106.424,91	R\$ 113.384,70	113.908,78	862,95
HOSPITAL RAFAEL FERNANDES	MOSSORÓ	536716017	R\$ 37.104,69	R\$ 36.198,42	R\$ 39.226,22	R\$ 37.509,78	37.683,15	285,48
HOSPITAL TARCÍSIO DE VASCONCELOS MAIA - MOSSORÓ	MOSSORÓ	934011	R\$ 115.543,55	R\$ 118.297,01	R\$ 118.931,61	R\$ 117.590,72	118.134,25	894,96
HOSPITAL DE CARAÚBAS - DR. AGUINALDO PEREIRA DA	CARAÚBAS	1133012	R\$ 12.679,28	R\$ 16.514,60	R\$ 16.999,58	R\$ 15.397,82	15.468,99	117,19
HOSPITAL REGIONAL DR. NELSON INÁCIO DOS SANTOS	ASSÚ	2077019	R\$ 60.152,43	R\$ 34.925,63	R\$ 69.235,36	R\$ 54.771,14	55.024,30	416,85
HOSPITAL REGIONAL DE ANGICOS	ANGICOS	288951012	R\$ 16.656,52	R\$ 14.863,02	R\$ 14.162,45	R\$ 15.227,33	15.297,71	115,89

HOSPITAL Dr. MARIANO COELHO	CURRAIS NOVOS	898015	R\$ 66.510,97	R\$ 60.881,43	R\$ 61.243,77	R\$ 62.878,72	63.169,36	478,56
HOSPITAL ALFREDO MESQUITA	MACAÍBA	874019	R\$ 51.336,46	R\$ 45.437,51	R\$ 43.638,10	R\$ 46.804,02	47.020,36	356,21
HOSPITAL REGIONAL DR. ODILON GUEDES	ACARI	1553011	R\$ 7.395,08	R\$ 6.851,27	R\$ 6.379,32	R\$ 6.875,22	6.907,00	52,33
HOSPITAL REGIONAL JOSEFA ALVES GODEIRO	JOÃO CÂMARA	884014	R\$ 31.695,58	R\$ 28.370,31	R\$ 61.243,77	R\$ 40.436,55	40.623,46	307,75
HOSPITAL REG MPNSENHOR EXPEDITO	SÃO PAULO DO POTENGI	377633016	R\$ 28.172,11	R\$ 26.791,31	R\$ 6.045,59	R\$ 20.336,34	20.430,33	154,78
I URSAP	SÃO JOSÉ DE MIPIBÚ	242588010	R\$ 4.058,88	R\$ 3.788,64	R\$ 14.162,45	R\$ 7.336,66	7.370,57	55,84
II URSAP	MOSSORÓ	935018	R\$ 8.058,72	R\$ 7.982,13	R\$ 7.811,87	R\$ 7.950,91	7.987,66	60,51
IV URSAP	CAICÓ	906018	R\$ 10.469,85	R\$ 10.207,85	R\$ 9.914,49	R\$ 10.197,40	10.244,53	77,61
LABORATÓRIO CENTRAL / NATAL-RN	NATAL	409014	R\$ 42.582,87	R\$ 41.860,81	R\$ 40.206,20	R\$ 41.549,96	41.742,01	316,23
LABORATÓRIO REGIONAL DO GOVERNO DO RN – LAREM	MOSSORÓ	536713018	R\$ 175,46	R\$ 205,82	R\$ 220,58	R\$ 200,62	201,55	1,53
LACEN	NATAL	7008196804	R\$ 8.362,19	R\$ 8.789,48	R\$ 8.077,74	R\$ 8.409,80	8.448,67	64,01
UNICAT - UNIDADE CENTRAL DE AGENTES TERAPÊUTICOS	MOSSORÓ	853937290	R\$ 6.007,25	R\$ 6.495,58	R\$ 116,06	R\$ 4.206,30	4.225,74	32,01
PRONTO S. CLÓVIS SARIM – HOSP. MONS. WALFREDO	NATAL	2537010	R\$ 147.968,16	R\$ 142.194,46	R\$ 140.395,57	R\$ 143.519,40	144.182,77	1.092,29
SAMU - METROPOLITANO / MACAÍBA-RN	MACAÍBA	855106221	R\$ 20.993,40	R\$ 18.360,17	R\$ 8.077,74	R\$ 15.810,44	15.883,52	120,33
SERVIÇOS DE VERIFICAÇÃO DE ÓBITOS	NATAL	168636016	R\$ 110,73	R\$ 116,06	R\$ 116,06	R\$ 114,28	114,81	0,87
SESAP (Nível Central)	NATAL	380016	R\$ 60.415,87	R\$ 58.674,37	R\$ 56.410,61	R\$ 58.500,28	58.770,68	445,23
SUVISA	NATAL	168922019	R\$ 4.841,25	R\$ 5.082,32	R\$ 4.387,65	R\$ 4.770,41	4.792,46	36,31
SUVISA	NATAL	168972016	R\$ 109,54	R\$ 111,89	R\$ 116,06	R\$ 112,50	113,02	0,86
Hospital Estadual TELECILA FREITAS FONTES	CAICÓ	7015763552	R\$ 68.280,13	R\$ 68.649,85	R\$ 69.078,50	R\$ 68.669,49	68.986,90	522,63
ANEXO UNICAT	NATAL	7015373789	R\$ 387,96	R\$ 374,22	R\$ 341,24	R\$ 367,81	369,51	2,80
UNICAT - UNIDADE CENTRAL DE AGENTES TERAPÊUTICOS	NATAL	746726015	R\$ 83.442,97	R\$ 67.185,89	R\$ 78.436,33	R\$ 76.355,06	76.707,99	581,12
V URSAP - SECRETARIA DE SAÚDE 5 REGIÃO/ SANTA	SANTA CRUZ	376949010	R\$ 120,10	R\$ 117,69	R\$ 104,23	R\$ 114,01	114,53	0,87

VI REGIONAL DE PAU DOS FERROS - RN	PAU DOS FERROS	923010	R\$ 13.308,01	R\$ 13.319,85	R\$ 14.183,94	R\$ 13.603,93	13.666,81	103,54
LABORATÓRIO DE ANATOMIA PATOLÓGICA E	NATAL	7016968816	R\$ 14.011,00	R\$ 12.648,93	R\$ 13.448,19	R\$ 13.369,37	13.431,17	101,75
HOSPITAL REGIONAL DA MULHER DE MOSSORÓ	MOSSORÓ	7020614360	R\$ 346.068,35	R\$ 299.813,55	R\$ 329.436,70	R\$ 325.106,20	326.608,89	2.474,31
VALOR TOTAL DA FATURA MENSAL			R\$ 2.343.749,18	R\$ 2.036.266,28	R\$ 2.236.325,02	R\$ 2.205.446,83	2.215.640,77	16.785,16

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, a ser contratado mediante **LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**.

1.4. A estimativa de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica encontra-se descrita no **item 1.2** deste Termo de Referência.

1.5. Quanto ao prazo de vigência, cita-se o art. 84:

1.5.1. "O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

1.5.2. Parágrafo único. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas."

1.6. **A CONTRATADA deverá garantir o pleno funcionamento dos equipamentos, bem como a instalação e fixação, seja sobre cobertura de estacionamento, solo ou telhados, diante da necessidade in loco:**

1.6.1. **Fornecimento e instalação de kit estrutural para fixação de painéis solares em telhado:**

1.6.1.1. A estrutura deve conter ganchos, suportes, perfis e grampos em alumínio anodizado e parafusos, arruelas e porcas em aço inox;

1.6.1.2. As estruturas de suporte devem estar projetadas para resistir aos esforços do vento de até 140km/h;

1.6.1.3. A estrutura deve possuir garantia mínima de 15 anos (fornecida pelo fabricante) contra defeitos de fabricação.

1.6.2. **Fornecimento e instalação de kit estrutural para fixação de painéis solares em solo:**

1.6.2.1. A estrutura deve conter com ganchos, suportes, perfis e grampos em alumínio anodizado e parafusos, arruelas e porcas em aço inox, além, de sondagem, projeto e execução de fundações em concreto armado para apoio e fixação dos kits estruturais.

1.6.2.2. As estruturas de suporte em solo poderão ser fixadas em base de concreto devendo o material ser de aço galvanizado a fogo.

1.6.2.3. A estrutura deve apresentar NBRs 8800, 6132, 14762.

1.6.2.4. A estrutura deve apresentar resistência a ventos de até 40m/s ou 140km/h.

1.6.2.5. A estrutura de suporte deve possuir garantia mínima de 5 anos (fornecida pelo fabricante) contra defeitos de fabricação.

1.6.3. **Fornecimento e instalação de kit estrutural para fixação de painéis solares na cobertura de estacionamentos:**

1.6.3.1. A estrutura deverá ser do tipo carport solar, com ganchos, suportes, perfis e grampos em alumínio anodizado e parafusos, arruelas e porcas em aço inox, além de sondagem, projeto e execução de fundações em concreto armado para apoio e fixação dos kits estruturais.

1.6.3.2. As estruturas de suporte devem estar projetadas para resistir aos esforços do vento de até 140km/h.

1.7. A estrutura deve possuir garantia mínima de 15 anos (fornecida pelo fabricante) contra defeitos de fabricação.

2. **FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. Considerando de que um investimento em energia solar é uma das melhores maneiras para reduzir os custos com energia elétrica;

2.2. Considerando que a SESAP tem um altíssimo consumo de energia em suas 58 unidades consumidoras, com um custo total, em fevereiro de 2025, da ordem de 2,4 milhões de reais;

2.3. Considerando que a economia com energia solar em um órgão público governamental tem um impacto direto não só na conta de luz, mas também no orçamento da empresa como um todo;

2.4. Considerando que o estudo apresenta um retorno efetivo, em média, 7 anos depois do investimento e instalação do sistema;

2.5. Considerando que ao substituir a energia elétrica convencional pela energia solar geralmente representa uma redução imediata na conta que varia de 50% a 95%. O investimento inicial passa a ser amortizado a partir do início de operação da geração, promovendo um corte nos custos excessivos das unidades da SESAP com energia elétrica, contribuindo no esforço de minimização dos gastos públicos e da capacidade da instituição gerir adequadamente os recursos financeiros que lhe são colocados à disposição, na ótica da economicidade;

2.6. Considerando que a durabilidade média dos sistemas com painéis solares fotovoltaicos que é de cerca de 25 anos;

2.7. Considerando que além da economia diretamente relacionada à conta de eletricidade, existem diversos outros benefícios respeitantes ao uso da energia solar, como por exemplo as vantagens ambientais;

2.8. Considerando que, como órgão público governamental, a SESAP é obrigada a responder às demandas da sociedade, inclusive quanto a imagem do governo frente aos movimentos mundiais de redução da emissão de gases do efeito estufa, responsáveis pelas temidas mudanças climáticas, investir em energia limpa não deixa de ter de grande importância estratégica.

2.9. Com estas considerações que ousamos entender serem suficientes à justificativa deste pleito, estamos anexando a documentação necessária ao prosseguimento desse objetivo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A solução proposta para a contratação de **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS E MÃO DE OBRA NAS UNIDADES DA SESAP NAS UNIDADES DA SESAP**, visa a garantia do contínuo avanço estrutural da Rede SESAP e da solução energética limpa e renovável.

3.2. A necessidade dessa contratação dá-se pela alta despesa financeira da Rede SESAP/RN, com a possibilidade de ser realizado melhoria nas condições existentes e proporcionar, de forma imediata a redução de dispêndio mensal e, a longo prazo, o retorno financeiro.

3.3. A solução para esse problema foi a abertura de processo que possibilidade encontrar empresa que realize a execução do serviço, visando o menor dispêndio operacional e a redução de despesas financeiras desta Secretaria.

3.4. A execução do serviço será iniciada após a assinatura do contrato e o recebimento do empenho, com a manutenção regular dos serviços fornecidos, bem como o acompanhamento durante todo o período contratual para as soluções necessárias a contínua prestação do serviço.

3.5. A justificativa para não parcelar a contratação está relacionada à especificidade e complexidade do serviço, que demanda um único prestador especializado, evitando a dispersão dos recursos administrativos, logísticos e técnicos, além de garantir a uniformidade nos prazos e nos resultados dos controles.

3.6. Dessa forma, a contratação da empresa especializada representa a solução mais viável e eficiente, considerando as necessidades técnicas da SESAP/RN, e permitirá o cumprimento das normas de qualidade exigidas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação deverá observar os requisitos:

4.2. Comprovação através de certidões e/ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazo com o objeto da licitação.

4.3. Licença expedida pelo órgão competente, autorizando a exercer a atividade pertinente ao objeto licitado;

4.4. Não será admitida subcontratação do objeto contratual;

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos Arts. 96 e seguintes da Lei 14.133/21, em razão do serviço contratado não ser um serviço de grande vulto, que envolva alta complexidade técnica e riscos financeiros consideráveis. Neste sentido, justifica-se a ausência da referida garantia.

4.6. Comprovação através de certidões e/ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazo com o objeto da licitação.

4.7. Licenças necessárias para realização da atividade de acordo com legislação atual vigente.

4.8. Condições de execução e segurança:

4.9. Análise de Riscos cobrindo atividades elétricas (NR-10), em altura (NR-35) e, se aplicável, em espaço confinado (NR-33), com Permissão de Trabalho, EPI/EPC e bloqueio/etiquetagem.

4.10. Sinalização e isolamento da área, plano de comunicação aos usuários e cronograma com janelas de parada.

4.11. Destinação ambientalmente adequada de resíduos/peças substituídas (comprovantes).

4.12. Atestado(s) de capacidade técnico-operacional por modernização de elevador de características similares (complexidade equivalente), emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

4.13. Profissional responsável com atribuições compatíveis (engenharia mecânica/elétrica/mecatrônica), registro no CREA e ART.

4.14. ART – Anotação de Responsabilidade Técnica obrigatória para execução e para entrega final.

4.15. A empresa deve elaborar e submeter à aprovação o projeto executivo conforme as exigências da concessionária local e da legislação técnica vigente (ANEEL e ABNT); 4. Mão de obra qualificada: A empresa deverá dispor de profissionais devidamente registrados e qualificados para a execução dos serviços, incluindo engenheiro civil responsável técnico;

4.16. Fornecimento de materiais: Todos os insumos e equipamentos utilizados na obra são de responsabilidade do contratado e deverão estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT e demais regulamentos aplicáveis;

4.17. Instalar sistemas fotovoltaicos com potência conforme estimativa de consumo das Unidades de Saúde;

4.18. Implantar estruturas metálicas de suporte (telhado, garagens ou solo) e realizar toda a infraestrutura elétrica necessária (quadros, cabeamentos, aterramento, SPDA);

4.19. Garantia mínima, 12 meses, com reposição de peças e correção de vícios sem ônus.

5. **DA EXIGÊNCIA DE AMOSTRA:**

5.1. Não há necessidade de apresentação de amostras.

6. **DA EXIGÊNCIA DE CARTA DE SOLIDARIEDADE**

6.1. Não há necessidade de apresentação de carta de solidariedade.

7. **SUBCONTRATAÇÃO**

7.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

8. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

8.1. Não haverá exigência de garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

9. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

9.1. Condições da prestação de serviço:

9.2. A empresa contratada deverá atender os requisitos estabelecidos no item 4.1. ao 4.15.

9.3. O serviço iniciará no prazo de até **05(cinco) dias úteis** da emissão da ordem de serviço;

9.4. A CONTRATADA deverá prestar o serviço de forma condizente ao objeto deste TR, promovendo por sua conta despesas com impostos, tributos de qualquer natureza, encargos previdenciários e trabalhistas decorrentes do pessoal utilizado na prestação do serviço;

9.5. Materiais a serem disponibilizados: Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário. O contratante não poderá ser responsabilizado por avarias, roubos ou danos porventura causados ao que foi fornecido pela contratada, mesmo quando estiverem nas dependências dos imóveis pertencentes à Secretaria de Saúde Pública;

9.6. Garantia dos Materiais, Equipamentos e Serviços: O prazo mínimo de garantia dos materiais, equipamentos e serviços será contado a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, observando-se, cumulativamente: Os prazos previstos no Código Civil; os prazos previstos no Código de Defesa do Consumidor; e eventuais garantias superiores ofertadas pela licitante em sua proposta.

9.7. Período e Condições de Execução dos Serviços: A execução dos serviços ocorrerá, preferencialmente, em horário comercial. Contudo, a administração pública poderá autorizar a realização de atividades em outros turnos, inclusive em dias úteis, sábados, domingos e feriados, desde que: Respeitadas as normas locais e não haja prejuízo à rotina dos prédios públicos e usuários dos serviços.

9.8. **Vistoria Prévia:** A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim.

9.8.1. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

9.8.2. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando ser responsável técnico.

9.8.3. A vistoria deve ser agendada previamente, ou diretamente no município onde será executado serviço.

9.8.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes. Logo, a ausência da vistoria implicará no reconhecimento tácito das condições locais.

9.8.5. Ainda assim, segundo o texto legal, o contratado poderá optar por não realizar a vistoria, caso em que terá de atestar o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, mediante declaração formal do seu responsável técnico (art. 63, §3º).

9.8.6. Nesse contexto, uma vez considerada imprescindível a avaliação local, deverá ser facultada a realização de vistoria prévia no Termo de Referência, e os interessados terão três opções para cumprir o requisito de habilitação correspondente, conforme §§2º e 3º do art. 63, da Lei nº 14.133, de 2021, a saber:

9.8.6.1. a) realizar a vistoria e atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço;

9.8.6.2. b) atestar que conhece o local e as condições da realização da obra ou serviço;

9.8.6.3. c) declarar formalmente, por meio do respectivo responsável técnico, que possui conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

10. **VISTORIA TÉCNICA:**

10.1. As atividades previstas compreendem, inicialmente, o levantamento in loco das unidades consumidoras indicadas, com a finalidade de obter dados precisos e atualizados sobre as características específicas de cada local. Em seguida, será realizada a análise das condições físicas e elétricas dos pontos selecionados, de modo a verificar a viabilidade técnica para a instalação dos sistemas fotovoltaicos.

10.2. Com base nas informações coletadas, será elaborada a proposta do projeto executivo de engenharia, contendo todas as especificações técnicas necessárias, acompanhadas da devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART). Por fim, caberá à contratada proceder com a aprovação do projeto junto à concessionária local de energia elétrica, bem como com quaisquer outras autorizações que se façam necessárias para a perfeita execução do objeto previsto neste Termo de Referência.

11. **FORNECIMENTO E LOGÍSTICA DE MATERIAIS:**

11.1. O escopo também abrange o fornecimento completo dos materiais necessários à instalação, incluindo cabos, estruturas de fixação, terminais, conectores e demais insumos indispensáveis à correta execução do serviço. Estão incluídos ainda o fornecimento dos módulos fotovoltaicos, inversores, estruturas de suporte, cabeamentos, quadros elétricos e todos os demais componentes que integram o sistema de geração. Além disso, será responsabilidade da contratada o transporte e o armazenamento adequado dos equipamentos e materiais nos respectivos locais de instalação, garantindo a integridade e a segurança dos itens até o momento da montagem.

12. **EXECUÇÃO DA OBRA E INSTALAÇÃO DOS SISTEMAS:**

12.1. A execução dos serviços inclui a preparação dos locais de instalação e das estruturas de suporte, seja em telhado, em solo ou em garagem, de acordo com as condições de cada unidade consumidora. Com os locais devidamente preparados, serão realizados os serviços de montagem e instalação dos módulos fotovoltaicos, inversores e quadros elétricos, conforme o projeto executivo. A etapa seguinte envolve a conexão elétrica do sistema com a rede da concessionária local, assegurando a integração plena e segura do sistema à rede pública.

12.2. Também será providenciada a implementação do sistema de aterramento e do Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), conforme normas técnicas vigentes.

13. **COMISSIONAMENTO E TESTES OPERACIONAIS:**

13.1. Concluída a etapa de instalação, será realizada a execução de testes de desempenho elétrico e funcional do sistema, com o objetivo de verificar a conformidade da operação e a eficiência dos componentes instalados. Em seguida, proceder-se-á com as configurações finais e o comissionamento do sistema, em estrita observância aos critérios estabelecidos na norma ABNT NBR 16274, garantindo a segurança e a performance adequada da geração fotovoltaica. Por fim, será efetuada a **integração do sistema ao monitoramento remoto**, possibilitando o acompanhamento em tempo real da geração de energia, do desempenho dos equipamentos e de eventuais falhas, proporcionando maior controle e gestão eficiente por parte das Unidades.

13.2. Deverá ser expedido **TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO**, formalizando a conclusão da instalação e o início da fase de operação assistida.

13.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

13.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

14. **OPERAÇÃO ASSISTIDA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA (12 MESES):**

14.1. Após a entrega do sistema, a contratada deverá assegurar o monitoramento contínuo do desempenho da usina fotovoltaica, possibilitando a identificação imediata de falhas e a análise de eficiência energética. Também será de sua responsabilidade a realização de manutenções preventivas de forma semestral, conforme boas práticas de operação e manutenção. Essas manutenções incluirão, entre outras atividades, a limpeza dos módulos fotovoltaicos, inspeção técnica dos componentes, atualização de firmware dos inversores e a realização de ajustes corretivos eventuais, de modo a garantir o pleno funcionamento do sistema e sua durabilidade ao longo do tempo.

15. **OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE SISTEMA DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA:**

15.1. Os Sistemas de Geração de Energia Solar fotovoltaica requerem inspeção e manutenção preventiva, visando assegurar uma operação eficiente e prevenir futuros problemas, com o intuito de manter a segurança e a viabilidade dos equipamentos que compõem os sistemas fotovoltaicos. A manutenção não apenas inclui a limpeza dos módulos e a verificação de alguns itens do inversor, mas sim vários outros itens.

15.2. Deverão estar contemplados na Operação e Manutenção Preventiva de Sistema de Geração de Energia Solar Fotovoltaica os seguintes serviços com envio **relatórios mensais** dos serviços realizados:

15.3. **Serviços Periodicidade diária:**

15.3.1. Supervisão do estado Ligado/Desligado do sistema;

15.4. **Supervisão de alarmes e sinalizações; Serviços Periodicidade Mensal:**

15.4.1. Supervisão de geração de energia;

15.5. **Serviços Periodicidade Semestral:**

- 15.5.1. Inspeção visual dos módulos fotovoltaicos;
- 15.5.2. Inspeção termográfica dos módulos fotovoltaicos (drone com câmera termal);
- 15.5.3. Limpeza dos módulos (Escova rotatório e produtos de limpeza adequados);
- 15.5.4. Limpeza do terreno da usina solar (em caso de usinas de solo);
- 15.5.5. Verificação fixação dos módulos;
- 15.5.6. Verificação da fixação das estruturas;
- 15.5.7. Verificação das conexões e cabos;
- 15.5.8. Inspeção visual do inversor, se está obedecendo às especificações do fabricante;
- 15.5.9. Limpeza do sistema de ventilação do inversor(es);
- 15.5.10. Verificação das conexões elétricas CA e CC;
- 15.5.11. Medições das grandezas elétricas CA e CC;
- 15.5.12. Verificação do sistema de aterramento;
- 15.5.13. Verificação do monitoramento do inversor;
- 15.5.14. Verificação de log de erros no sistema.
- 15.5.15. Atualização do equipamento, caso seja necessário.
- 15.5.16. Validar os valores das medições apresentados no display do inversor;
- 15.5.17. Verificar o último log de erro do sistema;
- 15.5.18. Limpar os filtros (caso existam);
- 15.5.19. Limpar o interior do gabinete do inversor (caso existam);
- 15.5.20. Testar o(s) cooler(es) do(s) inversor(es);
- 15.5.21. Verificar os fusíveis (caso existam);
- 15.5.22. Verificar a junta de vedação (caso existam);
- 15.5.23. Procurar por qualquer anormalidade aparente, como descoloração e sobreaquecimento;
- 15.5.24. Verificar a continuidade do aterramento do sistema;
- 15.5.25. Verificar o sistema anti-ilhamento;
- 15.5.26. Verificar se o firmware instalado é o mais atual.

16. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 16.1. O contrato ou instrumento equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avançadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- 16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- 16.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim;
- 16.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato;
- 16.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros;
- 16.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput);
- 16.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 16.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- 16.9. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 16.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

- 16.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 16.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);
- 16.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022);
- 16.14. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV);
- 16.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV);
- 16.16. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III);
- 16.17. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II);
- 16.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII);
- 16.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X);
- 16.20. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII);
- 16.21. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI);
- 16.22. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:
- 16.22.1. Controle e posterior envio das Notas de Empenho para as empresas;
- 16.22.2. Validação dos materiais quanto a qualidade, descrição técnica e posterior envio da Nota Fiscal para procedimento de faturamento.
- 16.23. Se necessário, contato com as empresas até o momento de faturamento completo das Notas Fiscais.
- 16.24. Será designado gestor do contrato o servidor **HENRIQUE EUFRASIO DE SANTANA JUNIOR** - Mat. **167.952-0**, ocupante do cargo **ENGENHEIRO CIVIL** da **SPI**(Subcoordenadoria de Patrimônio e Infraestrutura).

DO FISCAL DE CONTRATO

- 16.25. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117)
- 16.26. Além das regras relativas à atuação do fiscal de contrato, previstas no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, caberá ao fiscal de contrato e, ao seu substituto nas hipóteses de seus afastamentos e impedimentos legais (Decreto Estadual 32.449, de 2023, art. 48):
- 16.26.1. prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, subsidiando-o de informações pertinentes às suas competências;
- 16.26.2. fiscalizar a execução do contrato, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conferindo as notas fiscais e as documentações exigidas para o pagamento, e após o ateste, encaminhar ao gestor de contrato, para ratificação;
- 16.26.3. comunicar o gestor do contrato em tempo hábil o término do contrato sob sua responsabilidade, visando à tempestiva renovação ou prorrogação contratual;
- 16.26.4. exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;
- 16.26.5. manter contato com o preposto da Contratada, e caso necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;

16.26.6. efetivar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;

16.26.7. sugerir à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;

16.26.8. notificar formalmente à Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;

16.26.9. desempenhar outras atividades compatíveis com a função.

16.27. O fiscal de contrato registrará em documento próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, assim como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos identificados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis (Decreto Estadual nº 32.449 de 2023, art.49).

16.28. A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, no que couber:

16.28.1. os resultados obtidos em relação à Contratada, com a conferência dos prazos de execução e da qualidade demandada;

16.28.2. os recursos humanos aplicados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

16.28.3. a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

16.28.4. a conformidade dos serviços fornecidos à prática de execução determinada;

16.28.5. o cumprimento dos demais deveres decorrentes do contrato;

16.28.6. a satisfação do público usuário.

16.28.7. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada deles, conforme o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como:

16.28.7.1. marca;

16.28.7.2. qualidade;

16.28.7.3. forma de uso.

16.28.8. O recebimento provisório ficará a cargo do fiscal de contrato e o recebimento definitivo do gestor de contrato ou comissão designada pela autoridade competente (Decreto Estadual nº 32.449, de 2023, Art. 50).

16.29. O servidor **LUIS WAGNER LEITE DE MIRANDA** - Mat. 205.804-9, ocupante do cargo **ENGENHEIRO CIVIL** da **SPI**(Subcoordenadoria de Patrimônio e Infraestrutura), ficará responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Termo de Referência.

17. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

17.0.1. Os pagamentos serão efetuados pela FES (Fundo Estadual de Saúde), ou pela unidade orçamentária do requisitante conforme o caso, através do domicílio bancário (banco, agência e conta bancária) vinculado ao CNPJ da empresa no ato da assinatura da ata, e que será devidamente registrado na cláusula própria de cada contrato firmado, para entrega do objeto a que se destine, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data em que for atestado o fornecimento que não poderá ultrapassar o prazo de 05 (cinco) dias corridos, contados da data da entrega total dos produtos contratados / empenhados.

17.1. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal ou documento congênere, todas as certidões relacionadas nos incisos II a V do artigo 29 da Lei de Licitações, que consistirá em: Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da empresa, ou outra equivalente, na forma da lei; Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994); Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa. (Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011).

17.2. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.3. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

17.4. O pagamento não será realizado por meio de cobrança bancária.

17.5. O encaminhamento da Nota de Empenho será feito por meio do e-mail informado na proposta da empresa.

PRAZO DE PAGAMENTO

17.6. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

17.7. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante correção monetária aplicada conforme variação de IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).

FORMA DE PAGAMENTO

17.8. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada

17.9. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

17.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

17.10.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

17.11. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

17.12. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa.

18. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

18.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

18.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO PARA REGISTRO PREÇOS, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

18.2. Exigências de habilitação

18.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

18.3. Habilitação jurídica

18.3.1. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

18.3.2. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.3.3. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

18.3.4. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

18.3.5. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

18.3.6. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

18.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista

18.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

18.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

18.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

18.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

18.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

18.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

18.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

18.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

18.4.9. Declaração que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos nos termos do inciso XXXIII, do Art. 7º da Constituição Federal.

18.5. **Qualificação técnica**

18.5.1. Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), no qual conste o(s) nome(s) de seu(s) responsável (is) técnico (s).

18.5.2. Certidão de registro ou inscrição na entidade profissional competente, CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia e/ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo da empresa licitante.

18.5.3. Atestado(s) de comprovação de aptidão para desempenho de atividade compatível com o objeto da licitação, fornecido por entidade de direito público ou privado, apresentado em papel timbrado da Empresa, em original ou cópia autenticada em Cartório.

18.5.4. A empresa deverá possuir como responsável técnico Engenheiro com formação em alguma das seguintes áreas: Mecânica, Elétrica.

18.5.5. A comprovação do vínculo profissional deverá compor a documentação de habilitação.

18.6. **Qualificação econômico-financeira**

18.7. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, inciso II);

18.8. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

18.9. I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

18.10. II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

18.11. III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

18.12. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo até 10% do valor total estimado da contratação.

18.13. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133/2021, art. 65, §1º).

18.14. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133/2021, art. 69, §6º).

18.15. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

19. **JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

19.1. A exigência de comprovação de capacidade econômico-financeira, materializada pelos Índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente maiores ou iguais a 1 (um) ou, subsidiariamente, pela comprovação de capital mínimo ou patrimônio líquido de 10% do valor estimado da contratação, justifica-se pela extrema essencialidade e criticidade do objeto licitado, que consiste no fornecimento e instalação de sistemas de geração de energia solar fotovoltaica, com fornecimento de materiais, insumos e mão de obra nas Unidades da SESAP. Tais parâmetros — elaborados em estrita observância à Súmula nº 289 do TCU, por não incluírem fórmulas de rentabilidade ou lucratividade — configuram o limite mínimo e indispensável para atestar que a licitante possui o lastro financeiro necessário para suportar os altos custos operacionais, a aquisição contínua de estoques e os trâmites de pagamento da Administração, mitigando o grave risco de desabastecimento de produtos vitais à manutenção da vida e recuperação dos pacientes sem, contudo, restringir indevidamente a competitividade do certame.

20. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

20.1. A adoção de orçamento sigiloso para a presente contratação fundamenta-se no art. 24, da Lei nº 14.133/2021, que permite a divulgação restrita do orçamento estimado quando sua publicização possa comprometer o caráter competitivo do certame ou a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

20.2. No caso da contratação de **FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE GERAÇÃO DE ENERGIA SOLAR FOTOVOLTAICA NAS UNIDADES DA SESAP**, observa-se que a ampla divulgação prévia dos valores orçados poderia influenciar diretamente as propostas apresentadas pelos licitantes, reduzindo a margem de competitividade e alinhando artificialmente os preços aos limites previamente conhecidos.

20.3. Trata-se de serviço especializado, com reduzido número de fornecedores qualificados e variação técnica entre os equipamentos ofertados, o que pode favorecer a formação de preços próximos ao teto orçamentário caso este seja tornado público. Além disso, a divulgação do orçamento pode comprometer a obtenção da proposta mais vantajosa à Administração, contrariando o interesse público.

20.4. Dessa forma, a adoção do orçamento sigiloso visa preservar a integridade da fase competitiva da licitação, assegurar isonomia entre os licitantes e garantir a seleção da proposta mais vantajosa, em estrita observância ao princípio da eficiência e ao

interesse público. O orçamento estimado será disponibilizado aos órgãos de controle e estará devidamente justificado e documentado nos autos do processo, conforme exigido pela legislação vigente.

21. REAJUSTE

21.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

21.2. 19.2. No caso de formalização de contrato:

21.3. 19.2.1 Os preços são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 01 (um) ano contado da data do orçamento estimado.

21.4. 19.2.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IGPM, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

21.5. Será fornecimento ao contratante o prazo de 60 à 90 dias para fornecimento de resposta ao pedido de reajuste de preços;

21.6. 19.2.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

21.7. 19.2.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

21.8. 19.2.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

21.9. 19.2.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

21.10. 19.2.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

21.11. 19.2.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

22. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

22.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato ou instrumento equivalente e seus anexos;

22.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no **Termo de Referência**;

22.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

22.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

22.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

22.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

22.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste documento e/ou no Contrato;

22.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

22.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato ou no Instrumento Equivalente, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

22.10. A Administração terá o prazo de 60 dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

22.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias.

22.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

22.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

22.14. O contratante deverá ainda realizar avaliações de riscos antes do início da obra e ao longo de sua execução, adotando as medidas necessárias para mitigar possíveis impactos. Compromete-se também a oferecer apoio na resolução de eventuais conflitos entre a contratada e terceiros, assegurando a continuidade das atividades.

22.15. Por fim, cabe ao contratante o fornecimento das informações essenciais para que a contratada possa desempenhar suas atividades de forma eficiente, segura e em conformidade com os objetivos estabelecidos.

23. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

23.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes desse Instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

23.2. Deverá obrigatoriamente apresentar **relatório** mensal, conforme item 15 deste Termo de Referência.

23.3. Cumprir em integralidade com as obrigações deste documento referencial.

23.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

23.5. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

23.6. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

23.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

23.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

23.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

23.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

23.11. Comunicar ao **Fiscal do contrato**, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

23.12. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

23.13. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

23.14. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

23.15. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

23.16. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

23.17. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

23.18. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

23.19. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

23.20. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

23.21. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

23.22. Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

23.23. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

23.24. Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução desta Contratação, inclusive comunicando a CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administradora e/ou endereço de cobrança.

23.25. **Requisitos de Sustentabilidade e qualidade:**

23.25.1. Uso de materiais sustentáveis: Sempre que possível, deverão ser utilizados materiais com certificação ambiental ou provenientes de fontes renováveis; e com garantia mínima de desempenho e vida útil;

23.25.2. Gestão de resíduos: A empresa contratada deverá possuir um plano de destinação adequada dos resíduos gerados durante a obra, priorizando reciclagem e descarte ambientalmente correto;

23.25.3. Eficiência hídrica: A infraestrutura sanitária deverá contar com dispositivos de economia de água, como torneiras e descargas de baixo consumo;

23.25.4. Paisagismo sustentável: A arborização do espaço, se existente, deverá incluir espécies nativas, reduzindo a necessidade de irrigação constante.

23.25.5. Garantir que os sistemas apresentem eficiência mínima de 21% (módulos) e inversores com rendimento acima de 98%;

24. **DO FORNECEDOR REGISTRADO E DOS PREÇOS**

24.0.1. A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades legalmente cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

25. **INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

25.1. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

25.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações e da seguinte forma:

ATO	POSSÍVEL SANÇÃO
Dar causa à inexecução parcial do contrato	Advertência.
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar e contratar.
Dar causa à inexecução total do contrato;	Impedimento de licitar e contratar.
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame	Impedimento de licitar e contratar.
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar e contratar.
Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado	Impedimento de licitar e contratar.
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

25.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

25.4. I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

25.5. II - as peculiaridades do caso concreto;

25.6. III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

25.7. IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

25.8. V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

25.9. A sanção de "Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar" será precedida de análise jurídica será de competência exclusiva do secretário estadual.

- 25.10. As sanções mencionadas no quadro podem ser aplicadas cumulativamente com multa.
- 25.11. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas.
- 25.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 25.13. A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
26. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
- 26.1. A dotação orçamentária deverá ser informada pela COADI/ORÇAMENTO, em momento oportuno.
27. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 27.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Contratante, de acordo com a Lei Federal nº 14.133 em sua atual redação, pelo Decreto Estadual nº 20.103, de 19 de outubro de 2007 e suas alterações e pelo Decreto Estadual nº 32.449, de 07 de março de 2023 e suas alterações, tudo de conformidade com as normas jurídicas e administrativas aplicáveis e com os princípios gerais do direito.
- 27.2. O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, que deverá ter aprovação da autoridade competente, pela conveniência e oportunidade, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 12, § 1º, da Lei Complementar Estadual nº 303/2005.



Documento assinado eletronicamente por **JOSE PERICLES FARIAS DA ROCHA**, Subcoordenador de Patrimônio e Infraestrutura, em 19/08/2026, às 15:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **JHONNY DE LIMA SOUZA**, Assistente Técnico em Saúde, em 19/08/2026, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 27.685, de 30 de janeiro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.rn.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **43558116** e o código CRC **8B4E0CA9**.